

TÍTULO  
Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII)  
Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica

COORDENAÇÃO  
Luís Adão da Fonseca

REVISÃO  
Luís Adão da Fonseca  
Maria Cristina Pimenta  
José Augusto de Sottomayor-Pizarro

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS  
Cepese e Fronteira do Caos Editores Lda.

CAPA  
Jaime Regalado

IMPRESSÃO E ACABAMENTO  
Barbosa e Filhos Lda.

DEPÓSITO LEGAL  
376 041/14

ISBN CEPESSE  
978-989-8434-25-8

ISBN FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.  
978-989-8647-19-1

1.ª EDIÇÃO  
PORTO – MARÇO 2014

CEPESE  
Rua do Campo Alegre, 1021  
4169-004 Porto  
cepese@cepese.pt  
www.cepese.pr

FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.  
Apartado 52028  
4202-801 Porto  
fronteiradoaos@netcabo.pt  
www.fronteiradocaoseditores.pt  
<http://nafronteiradoaos.blogspot.com/>

**Luís Adão da Fonseca**  
(coord.)

**ENTRE PORTUGAL E A GALIZA  
(SÉCS. XI A XVII)**

**UM OLHAR PENINSULAR  
SOBRE UMA REGIÃO HISTÓRICA**



**FRONTEIRA DO CAOS  
EDITORES**

O Tratado de Tordesilhas acordado entre as Coroas portuguesa e castelhana, em junho de 1494 é, assim, um momento que merece ser destacado. De facto, no mesmo dia, são assinados dois documentos: um relativo às pescas na costa da Mauritânia, e um outro de divisão de áreas de influência no Oceano Atlântico. É este último que, para o nosso caso, é especialmente relevante. Deixando de lado os aspetos relacionados com a navegação, centrando-nos assim no domínio da afirmação política do reino, este tratado apresenta-se como um diploma de excecional significado. Constitui, no conjunto dos diferendos a que pretende dar solução – já expressa, já subentendida – um verdadeiro ponto central, onde convergem, num regime de mútua articulação, por um lado, algumas das mais importantes questões que afetaram o relacionamento luso-castelhano ao longo do séc. XV e, por outro lado, as linhas mestras da delimitação e espaços decorrente da expansão marítima peninsular. Neste contexto, exerce – tanto em termos de ponto de chegada como de partida – uma função reguladora de primeiro plano, tanto na Península como nos territórios descobertos por portugueses e castelhanos. Se as suas consequências se prolongam até ao nosso tempo, numa perspetiva mais curta, agora, em 1494, fecha-se o arco de problemas que a jornada de Aljubarrota, um século antes, para além da vitória militar, tinha deixado em aberto.

### 2.3. O TERCEIRO CICLO (1495-1668) E OS SEUS MOMENTOS-CHAVE [1498; 1504; 1521-29; 1578-80; 1640-68]\*

A chegada da armada comandada por Vasco da Gama a Calecut, em maio de 1498, representa a primeira viagem marítima entre a Europa e a Índia, e põe fim a longos e esforçados anos dos navegadores portugueses para encontrar rotas alternativas às do Mediterrâneo para aceder às especiarias. Assinala também o início da presença portuguesa na Ásia e do estabelecimento de um primeiro império colonial europeu nesse continente. O feito, comumente designado “descoberta do caminho marítimo para a Índia”, constitui assim um ponto de viragem na história mundial e tem sido usado para periodizações e modelos explicativos, que vão desde o desencravamento planetário à criação da economia mundo europeia, do moderno sistema mundial ou ainda do processo de globalização. Mais recentemente, a crítica às historiografias de cunho nacionalista e ao eurocentrismo dominante na escrita da história efetuou uma revisão menos positiva dos impactos da dita abertura dos mundos, e apontou a complexidade e as contradições da própria personagem. Não obstante, a sua relevância é consensual nos manuais de história internacionais, surgindo Vasco da Gama como um dos poucos portugueses sistematicamente nomeados por toda a historiogra-

\* Texto de Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha.

fia. Essa a mais que provável razão para cunhar com o nome de Gama seminários, conferências ou cátedras em sedes académicas internacionais, patrocinadas ou não pelo estado português. Gama e 1498, autor e feito, têm, assim, adquirido significados quase indissociáveis.

Em Portugal a percepção da extrema importância da descoberta foi precoce. Quase imediata. Dela beneficiou logo o próprio e a sua descendência através do reconhecimento da monarquia, pródiga em lhes conceder o acrescentamento social decorrente das potencialidades de proveito material e religioso que tal feito representava para o reino de Portugal. Constituiu-se igualmente num dos mais perenes e unânimes símbolos das gestas heroicas da sua Idade de Ouro. Embora tributário principal da projeção que lhe foi conferida por Camões, em *Os Lusíadas*, a verdade é que a construção amplificada da imagem de Vasco da Gama se deveu também a vários cronistas dos feitos orientais, onde cumpre destacar Diogo do Couto com o seu *Tratado dos Gama*. E essa imagem mítica foi depois recorrentemente aproveitada no reforço identitário dos lusos, num contraponto entre a grandeza de Portugal nos sécs. XV e XVI e os tempos que se lhe seguiram ou como estímulo para a recuperação futura. A utilização política e ideológica da imagem do Gama teve por isso pontos áureos nas várias celebrações comemorativas dos centenários de 1498, e estas são igualmente responsáveis por uma torrente de produtos literários, artísticos e historiográficos ou ainda pela nomeação de espaços e edifícios públicos em Portugal. Tal como ocorreu nas recentes comemorações dos quintos centenários de 1492 e de 1498 apoiadas respetivamente por Espanha e por Portugal, também a figura de Vasco da Gama foi utilizada desde o séc. XVI como contraponto à de Cristóvão Colombo. Na época as consequências dos feitos de tais personagens serviram como fundamento legitimador da disputa por direitos e exclusivos ultramarinos em ambas as monarquias ibéricas, assim como pela reputação na cena internacional.

No que respeita aos equilíbrios no espaço político e económico interno das Coroas ibéricas, a descoberta e a ocupação dos territórios ultramarinos trouxeram a inexorável centralidade de pólos políticos e económicos estabelecidos no Sul de Portugal (Lisboa) e no Sul de Castela (Sevilha), com implicações decisivas na crescente periferização da fronteira nortenha entre Portugal e a Galiza.

A morte de Isabel de Castela, em 1504, constitui a data simbólica que serve para assinalar o conjunto de transformações ocorridas nos reinos ibéricos na segunda metade do séc. XV. Com efeito, o reinado dos Reis Católicos convoca uma série de imagens politicamente fortes sobre a unidade da Espanha e sobre os sentidos do amplo programa de reformas, de criação institucional e de ordenamento social que estes levaram a cabo no conjunto dos territórios da monarquia. Também sobre o significado de ações que se revelariam de suma importância na configuração futura da

Monarquia Católica (a guerra e a conquista do reino de Granada, a descoberta da América, o Tratado de Tordesilhas, a expulsão e conversão forçada dos judeus e muçulmanos). O prolífico debate historiográfico que estes temas suscitaram tem, no entanto, evidentes contornos teleológicos, e foi contaminado por visões políticas desencontradas a propósito do papel dos diferentes territórios na Monarquia de Espanha. Ganhou contudo maior expressão a partir do séc. XIX, com desenvolvimentos significativos até à atualidade.

No que respeita à progressiva diferenciação da Galiza face a Portugal, a questão decorre quer do casamento de Isabel de Castela com Fernando de Aragão, em 1469, quer da guerra de Sucessão de Castela (1474-1479). Do primeiro resultou a união das duas Coroas peninsulares num modelo político agregativo, que era relativamente comum na época, e que de resto previa a manutenção dos foros, usos e privilégios de cada um dos territórios. Não foi por conseguinte esse o motivo da resistência política de então, antes parecendo que as reações negativas que suscitou se entroncam nas receções locais de uma serie de novidades institucionais, aplicadas de forma relativamente homogénea nos diversos territórios, e que não se podem desligar das medidas de pacificação e ordenamento político posteriores ao desfecho do conflito sucessório.

Como é bem conhecido, esse conflito assentava numa disputa pelo trono de Castela que opôs os partidários de Joana, casada com D. Afonso V de Portugal, aos de Isabel, casada com Fernando de Aragão. Constituiu mais uma tentativa falhada de reunião do reino de Portugal ao de Castela, protagonizada desta vez pelos lusos. Ora a vitória de Isabel condicionou de forma impressiva a evolução futura do reino da Galiza. Desde logo porque foi nesse reino que se concentrou o maior número de apoios à causa perdedora, mas também pelas particularidades das dinâmicas políticas e sociais neles presentes. A extrema e quase endémica conflitualidade entre as elites (nobiliárquicas e eclesiásticas) que se tinha acirrado nos finais da época medieval, a par da inexistência de estruturas de governo à escala regional, justificaram a criação de instituições diretamente dependentes da Coroa (Hermandad, Real Audiência, governador) que lograram impor uma pacificação em concordância com os desígnios régios. Se, como já foi mencionado, essas inovações abrangeram o conjunto dos territórios dos Reis Católicos, na Galiza parecem ter tido três tipos de efeitos. Um primeiro refere-se à capacidade de representação política na monarquia, que não existia até então. As duas outras prendem-se, por um lado, com o maior intercâmbio e miscigenação das elites nobiliárquicas galegas e castelhanas polarizadas cada vez mais pela corte dos monarcas católicos e, por outro, com o crescente endurecimento das linhas de fronteira com Portugal. Embora o espaço de circulação que até ao final da Guerra de Sucessão caracterizava os territórios galaico-portugueses não se interrompesse totalmente, da parte da Galiza houve uma clara reorientação política para

Castela. Portugal manteve-se como reino de acolhimento para os desavindos e desafetos aos Reis Católicos, surgindo Castela e os outros territórios da monarquia como um espaço de oportunidades cada vez mais atraente para as elites e até para as populações galegas, como ocorreu com o repovoamento de Granada ou as possibilidades de emigração suscitadas pelo império espanhol das Américas.

Em 1529 foi assinado o Tratado de Saragoça entre Espanha e Portugal, pela mão de Carlos V e D. João III. Através dele deu-se solução a uma disputa sobre os direitos das duas monarquias relativos aos limites no sudeste asiático, que ficou conhecida como a “Questão das Molucas”. Esta questão prolongava-se desde 1521, data em que Fernão de Magalhães chegou ao Arquipélago das Molucas integrado numa expedição de circum-navegação financiada por Castela. Carlos V baseou a reivindicação nas cláusulas do Tratado de Tordesilhas (1494), alegando que as chamadas ilhas das especiarias estavam integradas na sua parte do hemisfério que o tratado definira. Essa reclamação contrariava o entendimento dos portugueses, cujo conhecimento das ilhas tinha já uma década tendo inclusive por lá estabelecido uma pequena fortaleza (Ternate). Para além da reputação internacional jogavam-se importantes interesses económicos, pois essas ilhas eram a única fonte produtora da noz-moscada e do cravinho tão apetecidos na Europa.

A busca da solução envolveu peritos científicos de cada uma das partes, com a missão de avaliar a justiça das pretensões das duas Coroas através do cálculo da longitude. Foi uma tarefa inconclusiva pela falta de conhecimento consensual sobre a matéria, o que conduziu as duas delegações de cientistas a pronunciar opiniões divergentes. A decisão final foi de compromisso. Portugal manteria os direitos sobre a exploração e navegação na região a troco do pagamento de 350.000 ducados de ouro a Carlos V. Fechava-se assim o meridiano de Tordesilhas com medição feita de 297,5 léguas a leste das ilhas Molucas.

Esta questão diplomática ensombrou os inícios do reinado de D. João III (1521-1557) e constituiu um embaraço à atuação política de Carlos V na Europa, embora nunca tivesse suscitado uma verdadeira ameaça à paz entre os dois reinos. Pelo contrário, os monarcas pretendiam um entendimento, como bem demonstram os casamentos dinásticos cruzados que ocorreram em 1525 e 1526. E, com efeito, até 1580 a paz prolongou-se sem interrupção entre os reinos ibéricos, tendo os diferendos jurisdicionais cenário exclusivo nos espaços ultramarinos. Os interesses expansionistas de ambas as monarquias transcendiam já a Península Ibérica e jogavam-se em outros palcos. Se para Portugal o horizonte de alargamento territorial era o das conquistas e das navegações oceânicas, em Espanha os interesses estratégicos sobre as heranças europeias conviviam com a exploração das conquistas americanas. Os recursos, e também as exigências, que qualquer delas proporcionava fortaleceram os poderes

régios e permitiram outras fórmulas de integração política das respetivas elites sociais, que assim se viram cada vez mais chamadas a participar nos empreendimentos das respetivas monarquias.

O período entre 1578-1581 foi marcado pela disputa sucessória que se seguiu à morte de D. Sebastião. Por causa dessa disputa, e com a iminência de a Coroa portuguesa vir a ser integrada na Monarquia dos Áustrias, muito se discutiu sobre o que era Portugal, o seu estatuto presente, a sua história e o seu futuro. De uma maneira ou de outra os vários candidatos veicularam a sua visão de Portugal, destacando-se, entre elas, duas: Filipe de Habsburgo prometeu prosperidade e proteção a um Portugal integrado nos domínios dos Áustrias; D. António, prior do Crato, apostou no discurso patriótico, contribuindo para politizar as populações do reino.

Como se sabe, Portugal acabou por ser integrado na Monarquia Hispânica em 1581. A despeito dos confrontos que tiveram lugar, os portugueses não parecem ter tido grande dificuldade em assumir a condição de vassalos de Filipe II. Na verdade, muitos lusos reviam-se no projeto político-religioso de signo católico encabeçado pelos Habsburgo, e aceitaram o facto de a Coroa lusitana passar a estar integrada naquele universo mais amplo. Para muitos portugueses era uma honra ser participante deste empreendimento político de cunho católico e universalista. Nos anos que se seguiram, e ao contrário do que se poderia esperar, essa “portugalidade” ligada à dimensão católica e à projeção ultramarina não só não desapareceu como foi até incrementada. Na verdade, os feitos dos portugueses continuaram a ser exaltados, mas agora integrados no esforço que todos os católicos – hispânicos e não só – estavam a desenvolver no sentido da restauração de um domínio universal de signo cristão.

Contudo, e paralelamente, vários foram os lusos que não esconderam alguma insatisfação pelo facto de Portugal estar submetido aos Áustrias. Antes de mais, porque depois de 1581 os portugueses viram-se envolvidos em questões que transcendiam, em muito, o seu horizonte vivencial. Outra das mudanças que mais perplexidade gerou foi o facto de Portugal passar a ser governado por um rei que permanecia a maior parte do tempo fora do território lusitano. Desde que o reino de Portugal tinha sido criado era a primeira vez que tal sucedia. Embora tal distância régia nem sempre fosse vista como um inconveniente – já que criava espaço para o florescimento de autonomias e de práticas de autogoverno –, não restam dúvidas de que, para muitos a ausência do rei foi encarada como uma espécie de despromoção.

Um outro motivo de descontentamento teve a ver com o facto de os portugueses estarem a ser chamados, com cada vez mais frequência, para contribuírem – por exemplo em termos fiscais e militares – para causas que diziam respeito a outros territórios da Monarquia Católica com os quais Portugal pouco ou nenhum contacto tinha. Por outro lado, não eram poucos os que receavam que Portugal, enquanto

comunidade política e cultural, viesse a dissolver-se nesse conjunto tão alargado, com a conseqüente perda de prerrogativas inerente a essa dissolução.

Por outro lado, e ainda a respeito dos sentimentos de pertença à Monarquia, convém não esquecer que, no final do séc. XVI, muitos portugueses sentiam um orgulho intenso pela sua história particular, pelos feitos que os seus reis tinham levado a cabo – sobretudo no quadro da conquista do território peninsular aos muçulmanos e no âmbito da expansão ultramarina –, e pela sua individualidade linguística. Por isso, a circunstância de Portugal se encontrar privado da sua independência e de se ter tornado membro da Monarquia Hispânica levou algumas vozes a queixarem-se da situação em que a Coroa portuguesa se encontrava.

Todavia, no terreno dos sentimentos identitários existia uma certa ambivalência. Convém não esquecer que estamos a falar de uma época em que o conteúdo identitário de categorias como «espanhol», «português» ou «castelhana» estava ainda em processo de consolidação. Acresce a isto o facto de que não eram poucos os portugueses que se sentiam participes de uma comunidade que transcendia os limites do seu espaço reinícola, uma comunidade que para muitos era o sucedâneo da antiga Hispânia, o quadro ibérico no qual os lusos se inseriam e de cuja história sempre haviam participado. Esse sentimento de pertença a uma realidade cultural, económica e política comum às «Espanhas» foi reforçado pela interação entre os portugueses e os demais povos peninsulares desde o começo do séc. XVI.

De qualquer modo, para os portugueses, sem dúvida que foi uma experiência marcante terem de partilhar o mesmo rei com povos muito variados, e todos eles empenhados em alcançar um estatuto tão digno quanto possível no seio da Monarquia. Durante os sessenta anos em que durou a união muitos foram os lusos que confrontaram o seu estatuto com o dos outros membros da Monarquia Católica. Essa emulação materializou-se na publicação de um número considerável de livros sobre a história, a língua e outros atributos dos povos que habitavam o reino de Portugal, o que de certo modo se traduziu numa consciência mais precisa do que significava “ser português”. De qualquer modo, e a despeito desse “fortalecimento” identitário, é importante lembrar que, entre 1581 e 1640, poucos foram os lusos que defenderam a incompatibilidade entre o “ser português” e o “ser espanhol”. Pelo contrário, quase todos viram Portugal como parte integrante de um conjunto plural que dava por nome de «Espanhas».

As razões para a rutura de 1640 foram várias e complexas, mas passaram, fundamentalmente, pelo acumular de uma série de dissensões entre as autoridades lusas e a Monarquia Hispânica. Entre os fatores que propiciaram a rutura destaca-se o crescente descontentamento de setores influentes da sociedade portuguesa, face à menor autonomia político-constitucional de que Portugal foi dispendo no quadro da



Monarquia, sobretudo a partir de 1620. A frequente ingerência de oficiais estrangeiros nos assuntos internos portugueses gerou o descontentamento de setores da aristocracia, do clero e da alta magistratura lusa, e este facto, aliado à crescente pressão fiscal e à carestia de vida que se fez sentir, em especial na década de 1630, criou o ambiente propício para o surgimento de uma série de motins, tendo o mais grave ocorrido no Alentejo, corria o verão de 1637. A repressão destes motins foi bastante violenta, o que contribuiu ainda mais para aumentar a tensão. Num plano mais geral, Portugal viu-se envolvido nos conflitos político-religiosos que a monarquia vizinha mantinha com os seus inimigos.

A revolta de 1640 acabou por representar o auge deste acumular de tensões. O clima social vivido nos dois anos que antecederam a revolta tornou-se muito tenso, em boa medida porque as autoridades da Monarquia Hispânica endureceram o seu domínio, acelerando o ritmo de reformas e acentuando a faceta autoritária do seu poder. No entanto, tudo indica que o movimento revoltoso de 1 de dezembro de 1640 começou por ser o resultado relativamente imprevisto da luta entre as facções antagónicas que se degladiavam em Lisboa, e não um inevitável gesto patriótico de libertação da «dominação filipina». O certo é que uma vez consumada a revolta os acontecimentos se precipitaram e os revoltosos, carentes de argumentos que legitimassem a sua causa, rapidamente conferiram um cunho patriótico ao seu movimento, apressando-se a procurar um líder que, graças ao seu carisma e prestígio, fosse capaz de mobilizar os ânimos de todos aqueles que vinham revelando alguma frustração pelas difíceis condições de vida então sentidas.

O dignitário escolhido para liderar os lusos neste seu movimento de secessão foi D. João, duque de Bragança. Depois de décadas em que entreteceu a sua rede de influência, em 1640 a Casa Ducal de Bragança era elevada à dignidade real, uma “promoção” que em certo sentido correspondia aos seus anseios, mas que ao mesmo tempo foi sem dúvida imposta pelo curso dos acontecimentos. Confrontada com a magna tarefa de governar uma Coroa pequena, mas com um vasto conjunto de territórios extraeuropeus cobiçados pelas principais potências europeias, um reino empobrecido pela recente conjuntura económica recessiva e ameaçado pelo poderio bélico, quer da “Monarquia Filipina” quer dos seus inimigos, D. João IV teve de mobilizar todos os recursos ao seu alcance para financiar as iniciativas governativas e militares desenvolvidas nos anos que se seguiram a 1640.

Entre 1640 e 1668 Portugal viveu, assim, um período de guerra, de exaltação patriótica e de propaganda anticastelhana. No entanto, é sintomático que a ambivalência portuguesa face ao mundo Hispânico tenha continuado a marcar presença. Com a paz assinada em 1668, após quase trinta anos de uma guerra desgastante para as populações e para as finanças de ambas as Coroas, Portugal regressava à condição de reino independente. A despeito da quase permanente crise política e económica

que se fez sentir nas três décadas que se seguiram à assinatura da paz, foi-se registando uma certa reconfiguração identitária, no quadro da qual as autoridades lusas procuraram outros referentes culturais, de preferência exteriores ao âmbito das chamadas «Espanhas». Entre 1581 e 1640 a principal preocupação fora zelar pelo estatuto de Portugal dentro das «Espanhas»; de 1640 a 1668 o discurso patriótico foi incrementado, ao mesmo tempo que recrudescceu a propaganda anticastelhana, amplificada pela violência da guerra; após 1668 a prioridade passou a ser a afirmação de Portugal no quadro político da Europa ocidental, bem como a promoção da sua recém-entronizada dinastia régia. Quanto às «Espanhas», os portugueses cada vez mais as conotaram com Castela, entidade política que passou a ser alvo da mais profunda desconfiança, numa altura em que estava ainda bem viva a memória dos trinta anos de guerra. Contudo, e ao mesmo tempo que se ia cristalizando uma maneira de entender a realidade portuguesa menos aberta ao referente hispânico e mais interessada nos horizontes culturais de além-Pirenéus, permaneceram bem vivos os laços com o mundo ibérico e ibero-americano, e portugueses e espanhóis continuaram a interagir, tanto na Península quanto no Atlântico Sul ou no Extremo Oriente.